

## UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Geiziane Kely Costa<sup>1</sup>; Hercília Maria de Moura Vituriano <sup>2</sup>; Tyciana Vasconcelos Batalha<sup>3</sup>;  
Kézia Nunes da Silva<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Maranhão – UFMA, geizianekely@hotmail.com; <sup>2</sup>Universidade Federal do Maranhão – UFMA, hvituriano@hotmail.com; <sup>3</sup>Universidade Federal do Maranhão – UFMA, alftyci@gmail.com; <sup>4</sup>Universidade Federal do Maranhão – UFMA, kezia.nds@hotmail.com.

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância do trabalho com a linguagem oral e escrita no contexto da educação infantil. O objeto foco desse estudo parte da problematização da questão da alfabetização nessa etapa da educação básica e ao mesmo tempo evidencia a importância e pertinência do termo letramento nesse processo. Dessa perspectiva tomamos a seguinte questão prioritária: quais concepções apresentam-se como referência para nortear o trabalho com a linguagem oral e escrita na educação infantil na perspectiva do letramento segundo a produção acadêmica na área? Buscando resposta a essa questão definimos o percurso teórico metodológico com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa, no que tange a sua natureza. No que se refere ao tipo de pesquisa constitui-se como uma pesquisa bibliográfica, pois assume como referência para seu desenvolvimento a produção acadêmica e documentos legais sobre educação infantil, evidenciando posteriormente a produção acadêmica na área da linguagem oral e escrita nesse contexto. Entendemos a importância dessa análise por considerarmos as muitas variáveis presentes nessa problemática, dentre as quais destaca-se os dilemas que os professores vivenciam em sala de aula, ou seja, entre aquelas propostas que defendem a alfabetização já no contexto da educação infantil e aquelas que entendem esse processo de outra perspectiva, na qual o trabalho com a linguagem oral e escrita na educação infantil deve possibilitar às crianças o contato desde pequenas com a linguagem oral e escrita nos seus usos sociais, ou seja, oferecer as crianças um ambiente no qual possam compreender que a língua é algo que faz parte de suas vidas e, portanto os textos devem estar atreladas às suas realidades, por isso a pertinência do termo letramento na educação infantil. Dessa forma, diante do exposto constatamos que esse processo é desafiador para os professores da educação infantil por conta da formação inicial e continuada que os professores têm acesso, da falta de estrutura nas escolas e sobretudo da ausência de políticas públicas voltadas para a qualidade do trabalho docente na educação infantil.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil, Alfabetização, Letramento.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho emerge a partir de discussões desenvolvidas junto à disciplina de Fundamentos e Metodologia da Alfabetização do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Como estudantes do referido curso temos acesso a essa disciplina que tematiza de modo específico a alfabetização de diferentes perspectivas e, contribuiu para entendermos o quanto é complexa e desafiadora essa questão no Brasil, bem como, no

contexto da educação infantil. Dessa perspectiva aglutinamos questões que requerem estudo e aprofundamento diante da problemática que cerca tal discussão.

Definimos como objetivo analisar a importância do trabalho com a linguagem oral e escrita no contexto da educação infantil, na perspectiva do letramento, temática relevante por conta dos desafios com que professores e crianças se deparam nesse segmento. Definimos ainda a seguinte questão norteadora: quais concepções apresentam-se como referência para nortear o trabalho com a linguagem oral e escrita na educação infantil na perspectiva do letramento segundo a produção acadêmica na área? E desse ponto foi possível definir o percurso teórico metodológico o qual centra-se a partir da pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. De acordo com Gil (2009) a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com base em materiais já elaborados como livros e artigos científicos. Permitindo assim, a articulação de vários pontos de vistas ou perspectivas sobre o objeto em estudo.

As discussões versam em torno de grandes eixos temáticos como: Educação infantil, Alfabetização e Letramento. Abordamos esses eixos a partir das contribuições de estudos como de: Ferreira (2001), Ferreira e Teberosky (1997), Soares (2006), Vygotsky (1998) Amaral (2007) Kleiman (1995), dentre outros, e de documentos legais tais como Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

## **EDUCAÇÃO INFANTIL, BASES CONSTITUINTES E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NO BRASIL**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 205 a Educação é direito de todos e dever do Estado. Evidencia ainda em seu art. 210, a importância de definir orientações curriculares nacionais conforme expressamos a seguir:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (BRASIL, 1988).

Sendo assim, a Educação Infantil e sua base curricular precisam contemplar uma estrutura comum de trabalho bem como, contemplar aquilo que é específico de cada realidade da criança como expresso para outros níveis da educação básica. Ou seja, contemplar uma

parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

É importante destacar que o marco histórico para o reconhecimento do estado da importância da educação infantil, ocorreu a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.392/96) quando definiu a educação infantil como sendo a primeira etapa da educação básica. Vejamos como explicita referida lei sobre essa questão:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p. 22).

Desse processo no final da década de 1990, são lançados os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI). O referido documento foi elaborado trazendo em especial, orientações didáticas para as redes de ensino, escolas e professores dessa etapa da educação básica, ou seja, para os professores nortearem toda a prática pedagógica realizada em sala de aula com as crianças.

Encontramos nesse documento alguns conceitos importantes como o educar e o cuidar das crianças que participam deste primeiro contato com a escola. Assim há uma preocupação em traçar um percurso formativo para as crianças pautado no respeito e na proteção dessa criança bem como para seu desenvolvimento.

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens, orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança. (BRASIL, 1998, p. 23).

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades sócio-culturais. (BRASIL, 1998, p. 25).

O Referencial Curricular é reconhecido como fruto de um amplo debate nacional, no qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças, contribuindo com diversos conhecimentos nativos de muita experiência prática, como da reflexão acadêmica, científica ou administrativa de outros. Ele representa um avanço na educação infantil ao buscar soluções educativas para a superação e orientam a “[...] articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do

patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 12).

Nesse contexto de aprovação e de implementação dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) e com a posterior aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), é importante destacar que em meio aos limites desses documentos, pela primeira vez, define-se um currículo – uma proposta – na qual defende-se uma educação para a criança pequena focada não no assistencialismo, mas no seu pleno desenvolvimento. Isso fica evidente quando nas DCNEI a criança é considerada sujeito histórico e de direitos. O currículo nessa etapa é definido como:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009, p. 12).

De um modo são propostas que apontam para um trabalho por eixos que devem ser organizados nos espaços, tempos e materiais para contemplar as seguintes dimensões formativas: expressiva, motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança (BRASIL, 2009).

Até aqui fizemos uma retomada de alguns elementos da história da educação infantil no Brasil em especial no que se refere a sua organização curricular, para que a seguir possamos desenvolver uma análise sobre a questão do trabalho com a linguagem oral e escrita nessa etapa educacional, reconhecida como uma das dimensões formativas a qual as crianças precisam e tem o direito de ter acesso desde a educação infantil.

## **LINGUAGEM ORAL E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO**

Percebemos a necessidade da fala desde o nascimento das crianças, que se comunicam através de gestos ou de sinais. Esta aprendizagem se dá gradativamente por meio da oralidade, em forma de articulação e explicitação de seus atos, sentimentos, sensações e desejos. Dessa forma, de acordo com o RCNEI a construção da linguagem oral acontece por meio de todos em sua volta, como os pais, amigos, professor e outros.

A ampliação de suas capacidades de comunicação oral ocorre gradativamente, por meio de um processo de idas e vindas que envolve, tanto a participação das crianças nas conversas cotidianas, em situações de escuta e canto de músicas, em brincadeiras etc. Como a participação em situações mais formais de uso da linguagem, como aquelas que envolvem a leitura de textos diversos. (BRASIL, p. 117).

Partindo para a análise da escrita notamos que o conhecimento desse mundo de signos e significados começa muito antes da criança frequentar uma escola, porque, a escrita é um instrumento cultural, que representa a fala, assim, escrevemos para nos comunicar, expressar nossos pensamentos, ideias ou sentimentos.

A escrita e o seu desenvolvimento acontecem a partir de questionamentos e curiosidades das crianças em saber o que está escrito, ou como se escreve. Assim, para aprender a ler e a escrever, a criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: precisa compreender o que a escrita representa, precisa perguntar o significado do texto lido, assim como ler e compreender o sentido do que está escrito.

Isso significa que a alfabetização não é o desenvolvimento de capacidades relacionadas à percepção, memorização e treino de um conjunto de habilidades sensório-motoras. É, antes, um processo no qual as crianças precisam resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de que forma a escrita alfabética em português representa a linguagem, e assim poderem escrever e ler por si mesmas. (BRASIL, 1998b).

Dessa forma, acontece a alfabetização que promove a socialização do indivíduo na medida em que possibilita novas formas de trocas simbólicas com outros indivíduos e acesso a bens culturais. Soares (2001) afirma que:

[...] a função da escola, na área de linguagem, é introduzir a criança no mundo da escrita, explorando tanto a língua oral quanto a escrita como forma de interlocução, em que quem fala ou escreve é um sujeito que em determinado contexto social e histórico, em determinada situação pragmática, interage com um locutor, também um sujeito, e o faz levado por um objetivo, um desejo, uma necessidade de interação. (SOARES, 2001, p. 13).

A aprendizagem da linguagem escrita está associada ao contato com variados tipos de textos, construindo na criança a capacidade de lê, produzir textos, e as práticas da escrita, formando cidadãos que façam uso competente e autônomo da língua oral e escrita. Essa capacidade se desenvolve mediante o contato com os materiais escritos os quais precisam ter relação com as experiências de vida das crianças, para que assim percebam que a língua na sua forma oral e escrita é um instrumento importante para nos comunicarmos e sobretudo para compreendermos o mundo e intervir nele.

A perspectiva é a de que com a criança pequena, o trabalho com a linguagem oral e escrita respeite suas capacidades e desenvolvimento, o que requer, o processo de não artificialização da língua, mas os usos sociais da mesma.

Conforme aponta o RCNEI, o trabalho com a linguagem oral e escrita na educação infantil é de suma importância, pois é ela que contribui significativamente para a

formação da criança e sua integração bem como orientação para o desenvolvimento de seu pensamento e construção de seus conhecimentos.

No referido documento encontramos os objetivos propostos para o trabalho com a linguagem oral e escrita de acordo com sua organização por etapas.

Participar de avariadas situações de comunicação oral para interagir e expressar desejos, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral cotando suas vivências (0 a 3 anos). Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos participando de várias situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir de outras pessoas elaborar e responder perguntas (4 a 6 anos). (BRASIL, 1998, p. 23).

Partindo desses objetivos observamos que a proposta tem uma perspectiva de continuidade onde na primeira etapa que envolve as crianças de 0 a 3 anos de idade, o trabalho é de aproximar as crianças com a linguagem oral e seus usos sociais evidenciando a importância do expressar-se e da escuta do outro, o foco é a dimensão da oralidade. Na segunda etapa com as crianças de 4 a 6 anos de idade o processo envolve a ampliação gradual aproximando as crianças da diversidade de textos e gêneros, na sua forma escrita.

A inserção das crianças no mundo da linguagem é proposta no RCNEI na perspectiva de que elas, atribuam sentido e significado, a essa linguagem – foco na oralidade com ampliação progressiva para a linguagem escrita – entretanto é preciso respeitar o tempo e desenvolvimento das crianças.

Poderíamos dizer que a educação infantil constitui-se como uma etapa importante onde as crianças estão sendo inseridas no mundo da alfabetização. Potencializando as bases desse processo. Inicialmente produzindo elementos aleatórios e posteriormente encontrando uma regularidade (FERREIRO, 1985).

Nesse sentido é pertinente dizer que o termo letramento é coerente para ser utilizado no contexto da educação infantil no que tange ao trabalho com a linguagem oral e escrita. Observamos que a proposta do RCNEI tem foco nos usos sociais e na valorização da própria criança como produtora de linguagem. Dessa forma não defende um processo no qual o trabalho com a linguagem tenha como objetivo a estrutura da língua, ou a língua sendo trabalhada de forma artificializada – letras, palavras e textos isolados. Sendo esta perspectiva apontada por aqueles que defendem o termo letramento nos contextos de ensino da língua oral e escrita. Conforme aponta Soares (1998):

Letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. Em outras palavras, letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à



leitura e a escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social. (SOARES, 1998, p. 72).

Assim é importante compreender que alfabetização se refere à “aquisição do sistema convencional de escrita”, enquanto que o letramento diz respeito ao “desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais” (SOARES, 2004, p. 20).

O que se convencionou como alfabetização nos últimos anos tem relação direta com trabalhos como os de Ferreiro & Teberosky ainda na década de 1980. Passaram a apresentar a criança como construtora de seu conhecimento sobre a linguagem oral e escrita. Esse processo passou a ser revelado quando apontaram as hipóteses que as crianças constroem no processo de aquisição da linguagem oral escrita. Nesse processo, explica a autora “[...]há uma série de modos de representação que precede a representação alfabética da linguagem [...]” (FERREIRO, 1996, p. 10).

Alfabetizar numa perspectiva sócio-interacionista da linguagem exige a compreensão de dois aspectos: o sistema alfabético de escrita e a linguagem que se usa para escrever. Esses aspectos remetem-nos aos conceitos de alfabetização e letramento defendidos por Soares (2004).

Assim é importante propiciar as condições para que o indivíduo-criança ou adulto tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidade de decodificação e codificação do sistema de escrita, mas, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita em todas as funções que ela tem em nossa sociedade, também como instrumento de luta pela conquista da cidadania (SOARES, 1990, p. 17).

Entretanto na educação infantil é importante que se compreenda como as pesquisas apontam perspectivas para o trabalho com a linguagem oral e escrita que se deve tomar como base, não a alfabetização na perspectiva de que o processo se resume a colocar as crianças em contato apenas com a estrutura da língua em si. Mas como vimos o foco precisa estar no processo de abordar situações de leitura e escrita que tenham relação com a vida e capacidades desenvolvidas pelas crianças. Por isso Mello (2007) ao mencionar que na educação infantil o foco é o letramento e (não a alfabetização) quando a preocupação é formar a criança leitora e produtora de textos.

A autora destaca da importância do trabalho de Emília Ferreiro bem como de Vygotsky, para mudança da compreensão sobre o processo de trabalho com a formação da criança leitora e produtora de textos. Ou seja, a relação de uma com a outra.

Primeiro se aprendia as letras, depois as sílabas e por último as palavras. Não era proporcionado em momento algum um espaço para questionar o significado do texto lido. Essa maneira de ensinar a ler não fazia com que as crianças sentissem o interesse em aprender a ler ou a escrever, não fazia sentido. Assim, é preciso pensar na leitura e na escrita e no que elas representam, ou seja, no seu significado. Essa atitude vai muito além de ler letras ou sons. Alfabetizar através das letras forma gente que ler sem compreender o que escreve, sem autoria, ou seja, só consegue repetir.

As crianças precisam ter acesso à diversidade textual, mas é de suma importância também o contato junto ao tratamento didático utilizado para explorar conteúdos que lhes permitam compreender as características específicas da linguagem oral e escrita. Aqui se defende o “papel central dos gêneros como objeto e instrumento de trabalho para o desenvolvimento da linguagem” (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004, p. 80).

Segundo Teberosky, “a presença de objetos escritos na sala de aula e a atitude do professor que facilita e orienta sua exploração favorecem as atividades de escrever e ler, mesmo antes de as crianças poderem fazê-lo de forma convencional (TEBEROSKY, 2003, p. 86).

Esses aspectos, “ler quando não se sabe” e “escrever quando não se sabe”, exigem que se promova, a partir de questões postas pelo professor, a interação entre o aluno e o texto, ou seja, que os conteúdos do princípio alfabético sejam coerentes com o gênero discursivo e com a proposta de atividade.

Qual será a forma de sustentação para análise e elaboração de atividades em que os alunos possam ler e/ou escrever textos, antes de saberem ler e escrever convencionalmente? Com esse e outros questionamentos descobrimos grandes inquietações como futuros professores para elaborar atividades significativas de leitura e de escrita para o processo de alfabetização dos alunos no momento de construção da sequência didática que determina o passo-a-passo da realização e concretização destas atividades. Logo, surgiram algumas reflexões acerca das práticas de ensino.

Para esses questionamentos o RCNEI recomenda que:

As instituições e profissionais de educação infantil deverão organizar sua prática de forma a promover as seguintes capacidades nas crianças:

- participar de variadas situações de comunicação oral, para interagir e expressar desejos, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral, contando suas vivências;
- interessar-se pela leitura de histórias;
- familiarizar-se aos poucos com a escrita por meio da participação em situações nas quais ela se faz necessária e do contato cotidiano com livros, revistas, histórias em quadrinhos etc. [...]



- ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;
- familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário;
- escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor;
- interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional;
- reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano;
- escolher os livros para ler e apreciar. (BRASIL, 1998, p. 131).

Assim, o processo de alfabetização com textos, apresenta sugestões de atividades de leitura e de produção de texto que podem ser realizadas com o aluno, mesmo antes de ele saber ler e escrever convencionalmente. As propostas de atividades/consignas previstas para os conteúdos são diferentes porque colocam os alunos em situações desafiadoras de leitura e produção escrita. E os objetivos, por sua vez, tomam outra dimensão: os alunos aprendem o alfabeto a partir do trabalho com textos e, mais do que isso, aprendem a ler e a escrever textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a linguagem oral e escrita constitui-se como bastante desafiador na escola. Na educação infantil as propostas apresentadas a partir dos documentos curriculares nacionais focam no processo de inserção das crianças desde cedo em situações reais onde possam desenvolver o processo de uso da linguagem oral e escrita.

Ao invés de privilegiar atividades como (alfabeto, sílabas, palavras, frases, “textos” isolados), bem como no tratamento gradativo e mecânico, quando os alunos são solicitados a ligar, cobrir, copiar, tendo como objetivo aprender o alfabeto e, aos poucos, uma condição muito distante, ler e escrever “texto”. É preciso problematizar as práticas que tomam por base esse percurso, evidenciando processos teórico-práticos que privilegiam situações reais, fazendo com que a linguagem oral e escrita ultrapasse a prática desprovida de sentido e significado para as crianças, privilegiando os trabalhos com textos vivos e autênticos nos quais as crianças aprendam desde cedo a ouvir e a falar, que a escrita e a leitura têm uma função cultural e social que as tornam sujeitos.

Dessa perspectiva é importante destacar que a efetivação desse processo ou de situações nas quais a linguagem oral e escrita na educação infantil seja trabalhada de forma significativa destacamos que o professor com uma formação inicial e continuada com foco nesse processo é essencial, bem como a garantia de infraestrutura ou seja, das condições de

trabalho para criação de uma ambiente no qual a língua possa ser trabalhada nos seus usos e nas suas formas, desde cedo com as crianças, para que não cresçam desprovidas da capacidade de ler, escrever e produzir textos em todas suas formas. A educação infantil é uma etapa fundamental para formação de uma sociedade que aprende e apreende a língua com sentido e significado.

Portanto o trabalho com a linguagem oral e escrita na educação infantil significa proporcionar as crianças dessa etapa um aprendizado que vai além da leitura das palavras no que tange a sua estrutura. As situações nas quais as crianças precisam estar em contato para seu desenvolvimento e aprendizagem da leitura e da escrita na educação infantil devem tomar como referência aquelas que valorizam uma língua real, viva com sentido e significado para as crianças. Dessa forma, essa questão precisa continuar na pauta da produção acadêmica por conta dos inúmeros desafios que os professores enfrentam nos seus contextos de trabalho conforme já destacamos no trabalho, pois entendemos que é nesse processo que estamos contribuindo com uma das frentes que podem garantir um trabalho docente de qualidade nesse contexto: a formação do professor da educação infantil para o trabalho com a linguagem oral e escrita.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 02 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Fundamental. Introdução (Volume 1). Brasília, MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental. Língua Portuguesa**. (Volume 2). Brasília, MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**/ Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 14 de agô 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, vol. 1, 1998a

FERREIRO, Emília. A escrita antes das letras. In: SINCLAIR (Org.). A produção de notações na criança: linguagem, número, ritmos e melodias. Tradução de Maria Lucia F. Moro. São Paulo: Cortez, 1990.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. 4ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. THIOLENT, Michel. Metodologia

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In ZACCUR, E. (org.). A magia da linguagem. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. Revista Pátio. Ano VII, no 29, Fev/Abril 2004. Disponível em: < <http://www.acervodigital.unesp.br>>. Acesso em: 14 de ago 2017.

TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever**. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.